

Trabalhador pode perder multa do FGTS

» FERNANDA STRICKLAND

O governo estuda o fim do pagamento da multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores demitidos sem justa causa. Segundo proposta do Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet), formado por autoridades, economistas e pesquisadores, ligado ao Ministério do Trabalho, a multa passaria a ser paga integralmente ao governo federal. O Gaet foi criado em setembro de 2019 para elaborar sugestões para modernizar o mercado de trabalho.

“Esse dispositivo, além de assegurar a possibilidade de um aumento nos subsídios públicos à poupança precaucionária dos trabalhadores, retira deles qualquer eventual incentivo que a apropriação da multa possa dar para trocar de trabalho”, diz relatório elaborado pelo grupo. O Ministério do Trabalho e

Previdência informou, em nota, que o relatório do Gaet não conta, necessariamente, com a concordância, integral ou parcial, da pasta, mas que analisa o assunto. O ministério negou, ainda, que esteja conduzindo uma nova rodada de reformas trabalhistas.

Na proposta, que foi entregue ao governo em novembro, o Gaet também sugere unificar o FGTS e o seguro-desemprego. No caso do seguro, atualmente o trabalhador recebe do governo até cinco parcelas mensais de até R\$ 1.912. No momento da demissão, estes recursos ajudam a sustentar o trabalhador por alguns meses, até que ele consiga se recolocar. Com a mudança sugerida pelo Gaet, o trabalhador seria amparado pelo FGTS engordado pelos recursos do seguro-desemprego.

“Ao invés de um benefício pago após a demissão, os recursos desse programa (seguro-desemprego) passariam a ser depositados no fundo individual do

trabalhador, enquanto empregado, ao longo dos seus primeiros meses de trabalho (por exemplo, nos primeiros 30 meses)”, explica o grupo de estudos.

O documento propõe manter o depósito de 8% do salário do trabalhador no fundo. Mas a cada mês trabalhado, além do que o empregador já contribui, seria depositado no fundo individual do trabalhador uma contribuição pública.

Para os trabalhadores que recebem apenas um salário mínimo, a contribuição deveria ser de 16%. Ou seja, quanto maior o salário do trabalhador, menor deverá ser o percentual depositado.

As mudanças foram recebidas com desconfiança por analistas. Para Camilo Onoda Caldas, advogado trabalhista e sócio do escritório Gomes, Almeida e Caldas Advocacia, a proposta pode representar um corte de direitos dos trabalhadores.

De acordo com o Deputado Afonso Florence (PT-BA), um conjunto de alterações da

Arquivo/Petrobras



Valor de 40% cobrado em demissão sem justa causa ficaria com o governo

legislação trabalhista já realizada foi sustentado politicamente pelo governo sob o pretexto de que geraria mais empregos, o que não aconteceu. Ele acrescentou que, se o governo apresentasse um instrumento legislativo

para alterar a multa do FGTS e outros dispositivos a legislação trabalhista, enfrentará forte oposição no Congresso. “A mudança aumentará a penúria, a pobreza, a queda de poder aquisitivo das pessoas, e facilitará mais

demissões. Nosso problema agora não é dificuldade para demitir, e sim criar emprego sem gasto público com investimento estrutural. Essa medida que tira direitos dos trabalhadores é típica do governo Bolsonaro, disse.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



João Paulo Soares: tecnologia pode fazer produção avançar

CB.AGRO

Setor de orgânicos precisa de apoio

» GABRIELA BERNARDES*

O mercado de produtos orgânicos é um dos que mais cresce no país. Em 2020, a produção orgânica como um todo movimentou R\$ 5,8 bilhões. Mesmo assim, produtores sentem que ainda não conseguem crescer mais devido à falta de investimentos, de acordo com João Paulo Soares, zootecnista e pesquisador da Embrapa Cerrados. Soares foi o entrevistado de ontem do *CB.Agro*, programa feito em parceria pelo *Correio* e a TV Brasília.

“A Embrapa vem desenvolvendo tecnologias, práticas e processos para que o produtor consiga avançar em termos de redução de custos. São tecnologias disponíveis, alternativas de insumos mais baratos e a possibilidade de financiamento ao produtor orgânico”, afirmou Soares.

Segundo o pesquisador, o governo tem papel fundamental no crescimento do ramo. Em 2020, o Ministério da Agricultura lançou o Programa Nacional de Bioinsumos para reduzir a dependência dos produtores rurais em relação aos insumos importados.

Segundo o pesquisador, políticas públicas como essa pode mudar a agricultura brasileira.

Os orgânicos são produzidos com base em normas específicas. “O produto precisa passar por um processo de certificação. É um produto livre de químicos e transgênicos, com segurança alimentar, e tem a qualidade resguardada pelo Selo Orgânico Brasil”, disse.

Por isso, segundo ele, os alimentos naturais têm preço maior. “O agronegócio brasileiro, no geral, produz alimentos de muita qualidade, mas o produto orgânico, por suas

características, agrega uma qualidade ainda maior”, explicou.

O zootecnista destacou que o DF não é autossuficiente em orgânicos, sendo que o consumo local está acima da média nacional. “A história da agropecuária orgânica no DF tem muitos anos. Os produtores construíram uma identidade, várias associações. E o próprio mercado orgânico construiu uma identidade com o consumidor”, explicou.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo



Apoio:



Parceria:



Parceiro operacional:
Deloitte

